

QUE A NINGUÉM SOBRE, PARA QUE A NINGUÉM FALTE

MARÍA LÓPEZ VIGIL

Manágua, Nicarágua

Hoje em dia existem diversos projetos, programas, governos, organizações nacionais e internacionais dedicados a “erradicar a extrema pobreza”. Erguem a bandeira como expressão de sua grande sensibilidade social, como sinal de compromisso com a transformação das estruturas injustas. Pergunto-me por que não há nada similar, nem iguais empenho e paixão, para frear a extrema riqueza, pois há grande relação entre um extremo e outro.

Às vezes penso (peco por maus pensamentos?) que isso acontece porque muitos que estão por trás dos projetos contra a extrema pobreza são precisamente aqueles que vivem com as vantagens e os privilégios da extrema riqueza.

Existe um informe anual (*Wealth-X and UBS World Ultra Wealth Report*) que oferece pistas de quanto é e quanto cresce a extrema riqueza: faz um recenseamento dos “ultrarricos” do mundo, calculando que cada um desses personagens possui ao menos 30 milhões de dólares como fortuna pessoal.

O informe de 2014 detectou na Nicarágua – país onde vivo e escrevo –, 210 ultrarricos sobre uma população que já vai chegando a 7 milhões de pessoas. Em 2013, eram menos: 200. Em apenas um ano, aumentaram. Devemos crer que isso aconteceu por meios lícitos? E, se foram lícitos, acreditaremos que são legítimos, vivendo os ultrarricos no país em que vivem?

Esses milionários vivem no país mais pobre da América Latina, superado apenas pelo Haiti em questão de carências. A ostensiva desigualdade se dá num país onde 37% da população – mais de 2 milhões e 200 mil pessoas – vive em estado de “pobreza crônica”, segundo informou a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em 2014. A “pobreza” significa menos de 4 dólares diários – quando muito – em famílias sempre numerosas. E “crônica” significa que essas famílias já não sairão do estado de pobreza, como tampouco se sai de uma enfermidade crônica. E a única coisa que resta é viver com ela, tentando aliviá-la. Isso significa 210 “opulentos” contra 2 milhões e 200 mil “lázaros”.

Além do fato de a Nicarágua ser um país majoritariamente cristão, o texto da Constituição da Repú-

blica, recentemente reformado pelo governo “cristão, socialista e solidário” de Daniel Ortega e Rosario Murillo, proclama textualmente que a Nicarágua é uma nação de “princípios cristãos”.

A Nicarágua é um país considerado ou imaginado como de “esquerda”, por muitas pessoas ingênuas ou desinformadas. E sem conhecer nomes e sobrenomes dos “ultrarricos” nicaraguenses – pois isso não aparece no informe –, sabemos, pois aqui todo mundo sabe, que muitos são altos funcionários do círculo de poder do governo, seus filhos, filhas e parentes que vivem, vestem-se e viajam de forma cada vez mais ostensiva.

O livro do economista francês Thomas Piketty, *O capital no século 21* – que na opinião do Prêmio Nobel de Economia, Paul Krugman, será o best-seller desta década –, centra-se na análise minuciosa das características e dimensões das desigualdades que turvam este momento da história: rendimentos desiguais, riquezas desiguais, oportunidades desiguais e, portanto, direitos exercidos e assegurados de forma totalmente desigual. Direitos muitas vezes anulados pela realidade da pobreza extrema, seja a crônica ou qualquer outra, entre as pobreza já classificadas nos estudos.

Piketty registra a desmesurada concentração de dinheiro em mãos de uma pequena elite, fenômeno que ocorre nos últimos 20 anos e que ele considera sem precedentes. E demonstra que na origem do fenômeno está de volta um “capitalismo patrimonial”, no qual “os pilares fundamentais da economia estão sob o domínio da riqueza que se herda; herança mais importante do que o esforço e o talento”.

Piketty não oferece nenhuma solução, nenhuma resposta, nenhuma receita. Adverte sobre o perigo que a excessiva desigualdade representa para a democracia, a segurança e os direitos humanos: realidades tão desejadas hoje em dia. Expõe a problemática e a coloca no centro da realidade atual. E nos dá um sinal de alerta.

Em diferentes níveis e proporções, a concentração está acontecendo hoje em todos os países latino-americanos. Em nossa região, as riquezas se concentram nas mãos daqueles que têm “sobrenome de família”.

Riquezas por eles herdadas desde os tempos coloniais e que aumentam a cada dia. E concentram-se nos novos ricos, quase sempre ligados aos círculos do poder político e econômico, permeados pela corrupção e narcotráfico.

Segundo dados do Instituto Mundial de Pesquisa Econômica do Desenvolvimento, vinculado à Organização das Nações Unidas, a fortuna total da espécie humana chegava, no ano de 2007, a 133 trilhões de dólares. E a metade dessa soma colossal estava em mãos de 1% da população mundial.

Realidade que não está melhorando. Na verdade, a concentração de riqueza nas mãos de cada vez menos pessoas se intensifica. Segundo o magnífico informe Oxfam, *Iguais. Acabemos com a desigualdade extrema. É hora de mudar as regras*, os ganhos – não o patrimônio – das 100 pessoas mais ricas do mundo somavam 200 milhões 480 mil euros, em 2012. Calcula a Oxfam que, acabando com a extrema riqueza, seria possível erradicar quatro vezes a extrema pobreza no mundo.

Na América Latina temos um recorde vergonhoso: somos a região com maiores abismos de desigualdade do planeta, entre os pouquíssimos que têm muitíssimo e os muitos que têm pouquíssimo. A evidência é dilacerante, pois somos a única região do mundo majoritariamente cristã, seja na versão católica ou na versão evangélica. Foi a escandalosa contradição que despertou a consciência de tanta gente, nos tempos da Teologia da Libertação. E o despertar das consciências custou a vida a tantas e tantos. Dentre os exemplos, há o de Dom Romero, mártir por “ódio à fé”, sendo que a fé é sinônima de apaixonada luta pela justiça e igualdade.

Na Nicarágua, onde houve uma revolução, aprendemos que as revoluções nem sempre reduzem as desigualdades ou, ao menos, não o fazem de forma permanente. Há outros caminhos, talvez menos bruscos, que não custam tantas vidas. Não os estamos percorrendo, na Nicarágua; na verdade, cada vez mais nos afastamos deles.

Uma educação de qualidade é um primeiro passo para evitar desigualdades no futuro, igualar oportunidades, alimentar o esforço e o talento. Quando a educação pública não é de qualidade, escondem-se as desigualdades, que se multiplicarão em muitas vidas e durante várias gerações.

Um sistema tributário sem o privilégio de deso-

nações e isenções para os mais ricos, um sistema no qual aqueles que ganham mais e aqueles que têm mais paguem mais impostos; um sistema que não se concentre nos impostos pagos pelos consumidores e assalariados é uma ferramenta fundamental e permanente para desbastar as desigualdades de qualquer sociedade, para chegar àquilo que proclama o Evangelho: *Que todo vale seja aterrado e toda colina seja aplainada*.

Jesus de Nazaré viveu num mundo profundamente desigual. Um mundo de poucos senhores de terra, donos de extensos latifúndios, de muitíssimos trabalhadores mal pagos e ainda mal alimentados. Um mundo de poderes jamais compartilhados, homens opressores nas ruas e mulheres caladas e submissas em casa. Um mundo de gente sã que discriminava os enfermos, considerando-os malditos pelo deus que pregava. Um mundo de sacerdotes inescrupulosos e opulentos, que impunham ao povo uma religião de rituais e sacrifícios, que o explorava com dízimos.

Jesus de Nazaré foi um indignado. Viu tantas desigualdades que, vez por outra, em parábolas, em sermões, em tantos de seus ditos, em tantas de suas palavras, nos ensinou que o Projeto que tanto amava, o Reino de Deus, é o reino da igualdade entre os seres humanos. Num tempo e numa cultura, como lhe foi dado viver, esse ensinamento causava conflitos, era subversivo. Por isso o mataram: por defender o ideal da igualdade num mundo profundamente desigual.

Quando meu irmão e eu estávamos escrevendo o roteiro de *Um tal Jesus*, há quase 40 anos, queríamos encontrar uma frase inovadora que ressaltasse a denúncia das desigualdades, essencial na mensagem de Jesus.

Colocamos, já nos primeiros capítulos, na boca de João Batista, a sentença: “Que a ninguém sobre, para que a ninguém falte”. Jesus aprendeu-a com João e começou a propagá-la, alentando a esperança de que, num reino de iguais, os pobres deixariam de ser pobres. Jesus converteu-a em “palavra de ordem” quando anunciou, em Nazaré, sua terra natal, o ano da graça.

Hoje, volto a recordá-la. Já a repeti uma infinidade de vezes e vi que “pega”, que leva as pessoas a pensar. Talvez porque soe a um programa, a um projeto que verdadeiramente vincule os esforços para erradicar a extrema pobreza à firme decisão de eliminar a extrema riqueza.